RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1.º TRIMESTRE DE 2026

INTRODUÇÃO

Para efeitos do cumprimento das competências do Conselho Fiscal (CF), previstas no n.º 4 do artigo 16.º dos Estatutos da **idD – Portugal Defence, S.A. (idD ou Empresa)**, que estabelece que o CF deve emitir um relatório sucinto com base nos relatórios trimestrais elaborados pelo Conselho de Administração (CA), bem como no disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), vem o CF apresentar o seu relatório sobre a verificação financeira e orçamental no final do 1.º trimestre de 2026.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de relatórios de execução trimestrais, que incluem balanço, demonstração dos resultados, demonstração de fluxos de caixa e informação orçamental, que apresentem a posição e o desempenho financeiro e a execução orçamental da Empresa tendo por base os objetivos fixados no Plano de Atividades e Orçamento (PAO);
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras isentas de distorção material devido a erro ou fraude;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Empresa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO FISCAL

A nossa responsabilidade consiste em avaliar o relato trimestral emitido pelo CA e concluir se a informação orçamental e financeira é consistente e está isenta de distorções.

Para tanto, o nosso trabalho consistiu fundamentalmente no seguinte:

- Na análise do Relatório detalhado reportado a 31 de março de 2026, preparado pelo CA, nos termos das competências previstas na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º dos Estatutos e na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE e na verificação da sua coerência com os documentos de suporte. Este documento foi aprovado na reunião do CA de 4 de setembro de 2026, e assinado a 22 e 23 de outubro de 2026;

- Na leitura e análise das atas do CA disponíveis até à ata de 4 de setembro de 2026 (ata avulsa);
- Na compreensão do processo seguido pela Empresa na preparação da informação;
- Em indagações, procedimentos de observação e procedimentos analíticos;
- Na verificação do cumprimento do previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2026, aprovado pelo Despacho conjunto do Senhor Ministro da Defesa Nacional e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, de 12 de junho de 2026;
- Na comparação com os valores executados em 2025, em cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS;
- Na verificação dos valores submetidos à Entidade Orçamental (EO), com referência a 31 de março de 2026, em cumprimento das disposições do Decreto-Lei da Execução Orçamental em vigor; e
- Noutros procedimentos considerados apropriados, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

O CF emitiu parecer favorável ao PAO/2026 em 19 de dezembro de 2025.

O PAO/2026 foi apreciado, tendo sido emitido o relatório de análise 161/2026, em 9 de junho, e merecido concordância para submissão a aprovação do Acionista.

O Acionista, através do Despacho n.º 512/2026/SETF, de 11 de junho, refere que o PAO/2026 está em condições de ser aprovado, considerando o seguinte:

"Atento o exposto no presente Relatório de Análise da ETF, no Despacho n.º 42/2026/MDN, de 7 de maio, do Senhor MDN, e nos termos solicitados, aprova-se o Relatório referente à proposta de PAO da idD, no que respeita ao plano anual e ao plano de investimentos para o exercício de 2026, conforme proposto no ponto 10 infra, sem prejuízo do cumprimento dos necessários requisitos legais por parte da Empresa, e com as seguintes limitações:

i. aumento dos gastos operacionais em 1,435 milhões de euros;
ii. aumento dos gastos com FSE até ao limite de 1,66 milhões de euros;
iii. aumento dos gastos com pessoal até ao limite global de 2,262 milhões de euros;
iv. contratação de 3 estagiários, com contratos a termo;
v. substituição de 4 viaturas (3 não operacionais e uma operacional) em regime de AoV; e;
vi. aumento dos gastos com a contratação de estudos, pareceres e consultoria em 189,7 mil euros;

O pedido de aquisição de participação social deverá ser apresentado através de pedido autónomo e está sujeito a parecer prévio da ETF, baseado no Estudo de Interesse e Viabilidade da Operação, de acordo com o disposto no artigo 11.º do RJSPE. O pedido de recrutamento de 3 novos técnicos superiores poderá ser apresentado através de pedido autónomo, devidamente fundamentado."

O PAO/2026 foi aprovado por Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças datado de 12 de junho de 2026.

Importa ainda referir que o Relatório e Contas de 2024, o último aprovado pelo Acionista, em 26 de junho de 2026, incluía as seguintes recomendações:

- *"Apresentar uma proposta tendente à regularização dos créditos que se encontram reconhecidos no balanço da idD, na rubrica Acionistas/Sócios/Associados, a favor da Entidade do Tesouro e Finanças, no montante de 3.599.997,96 €;*
- *Dirimir as reservas expressas pelo Revisor Oficial de Contas, na Certificação Legal das Contas, relativamente às participadas;*
- *Elaborar o relatório de avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos, bem como o relatório de avaliação intercalar nos prazos previstos no n.º 6 do Regime de Prevenção da Corrupção, anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro;*
- *Melhorar a eficiência operacional da empresa;*
- *Dar cumprimento integral às recomendações que lhe foram dirigidas no Relatório de Auditoria n.º 142/2025, do Tribunal de Contas, promovendo a adoção das medidas necessárias à correção das situações identificadas e respetiva comunicação trimestral ao acionista sobre os resultados obtidos;*
- *Desencadear os necessários procedimentos de adaptação progressiva dos sistemas de reporte e processos internos, de modo que seja dado cumprimento às exigências de relato sobre sustentabilidade previstas pela Corporate Sustainability Reporting Directive."*

Em face do exposto, o CF verificou o seguinte:

Recomendação acionista na AG de 29 de junho de 2026 (aprovação das contas - 2024)	**Referência no Despacho de aprovação do PAO 2026 de 12 de junho de 2026**	**Comentários**
Apresentar uma proposta tendente à regularização dos créditos que se encontram reconhecidos no balanço da idD, na rubrica Acionistas / Sócios / Associados, a favor da Entidade do Tesouro e Finanças, no montante de 3.599.997,96 €.	Não referido na aprovação do PAO.	Relativamente à regularização de créditos, a idD manifestou interesse em debater o assunto com o acionista de forma a encontrar uma solução para a sua resolução.

Recomendação acionista na AG de 29 de junho de 2026 (aprovação das contas - 2024)	Referência no Despacho de aprovação do PAO 2026 de 12 de junho de 2026	Comentários
Dirimir as reservas expressas pelo Revisor Oficial de Contas, na Certificação Legal das Contas, relativamente às participadas.	Não referido na aprovação do PAO.	Recomendação aferível apenas nos documentos reportados ao final do exercício.
Elaborar o relatório de avaliação anual do Plano de Prevenção de Riscos, bem como o relatório de avaliação intercalar nos prazos previstos no n.º 6 do Regime de Prevenção da Corrupção, anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.	Não referido na aprovação do PAO.	Na presente data, está publicitado no site da idD, "Relatório sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão 2025" documento que teve como objetivo monitorizar a implementação das medidas decorrentes da revisão do Plano, constando do mesmo a respetiva metodologia da avaliação, com recurso a uma matriz interna de avaliação para verificar a adequação das medidas preventivas e o seu grau de implementação.
Melhorar a eficiência operacional da empresa.	Do despacho, não consta uma recomendação expressa sobre a melhoria da eficiência operacional, mas aprova o rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, após ajustamentos que se consideram adequados realizar para efeitos da sua aferição, prevendo-se assim uma melhoria de 0,8 p.p. em 2026, situando-se em 99,3%.	A idD apresenta um rácio de eficiência operacional de 429,03% (gastos operacionais superiores ao volume de negócios), acima do previsto no PAO (99,3%), justificado pelo facto do volume de negócios se encontrar abaixo do valor orçamentado. Adicionalmente, considerando o rácio no PAO ajustado referente a março (164.07%), o rácio verificado em março continua superior, encontrando-se assim em incumprimento a recomendação do Acionista.
Dar cumprimento integral às recomendações que lhe foram dirigidas no Relatório de Auditoria n.º 142/2025, do Tribunal de Contas, promovendo a adoção das medidas necessárias à correção das situações identificadas e respetiva comunicação	Não referido na aprovação do PAO.	A idD, em julho de 2026, remeteu ao Tribunal de Contas (TdC), uma carta com o ponto de situação relativamente a cada uma das recomendações referidas no Relatório do Tribunal. Este assunto, é objeto análise autónoma no presente relatório.

Recomendação acionista na AG de 29 de junho de 2026 (aprovação das contas - 2024)	Referência no Despacho de aprovação do PAO 2026 de 12 de junho de 2026	Comentários
trimestral ao acionista sobre os resultados obtidos.		
Desencadear os necessários procedimentos de adaptação progressiva dos sistemas de reporte e processos internos, de modo que seja dado cumprimento às exigências de relato sobre sustentabilidade previstas pela Corporate Sustainability Reporting Directive.”	Não referido na aprovação do PAO.	Recomendação aferível apenas nos documentos reportados ao final do exercício.

Em setembro de 2023, o Tribunal de Contas (TdC) iniciou uma auditoria à idD, aos exercícios de 2020 a 2022, tendo, em 18 de dezembro de 2025, através do Relatório n.º 14/2025, sido emitidas as seguintes recomendações ao Conselho de Administração da idD:

Recomendações do TdC	Resumo da resposta da idD
Promover a aprovação de normas de controlo interno adequadas à estrutura organizacional da empresa, garantindo o acompanhamento e avaliação do mesmo, nos termos previstos no artigo 9. ° do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou em anexo o SNC-AP.	O Conselho de Administração da idD entende que o sistema de controlo interno atualmente instituído encontra-se adequado à estrutura organizacional e dimensão da entidade e incorpora mecanismos permanentes de acompanhamento, monitorização e avaliação da sua eficácia.
Elaborar, anualmente, o PAO, submetendo-o atempadamente a parecer do Conselho Fiscal (CF) e do Revisor Oficial de Contas (ROC), assim como da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).	O Instrumento Previsional de Gestão Plano de Atividades e Orçamento (PAO) tem vindo a ser elaborado anualmente desde 2023, e aprovado em reunião do Conselho de Administração, com a emissão de parecer pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Os referidos PAO foram oportunamente submetidos à Entidade do Tesouro e Finanças, tendo recebido os despachos n.º 387/2023, n.º 208 e 209/2024, n.º 480/2025 e n.º 512/2026. Os documentos encontram-se disponíveis para consulta na secção "Plano de Atividades e Orçamento", no sítio institucional da empresa.
Elaborar os relatórios trimestrais de execução orçamental, submetendo-os a parecer do CF e do ROC.	Desde o ano de 2023, têm vindo a ser elaborados os relatórios trimestrais de execução orçamental, os quais são

Recomendações do TdC	Resumo da resposta da idD
	submetidos a parecer do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas. Os relatórios encontram-se disponíveis para consulta na secção "Execução Financeira e Orçamental", no sítio institucional da empresa.
Elaborar relatório de acompanhamento da execução do Plano de Negócios que identifique os desvios relevantes e propor medidas de correção.	Em cumprimento do Despacho n.º 387/2023-SET e atendendo ao Relatório de Análise n.º 184/2023 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (antes UTAM, e atualmente EASSPE), desde fevereiro de 2024, que é elaborada anualmente uma avaliação da execução do Plano de Negócios 2020—2025, que fundamentou a criação da idD — Portugal Defence, S.A., juntamente com o respetivo relatório de acompanhamento, que identifica os desvios relevantes. As várias análises foram submetidas aos órgãos competentes, através da plataforma SISEE (Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado) gerida pela ETF (Entidade do Tesouro e Finanças), para análise e diligência. O documento não é de divulgação pública, mas encontra-se disponível para consulta.
Cumprir as exigências legais previstas no CCP, quanto à formação dos contratos submetidos à sua aplicação	Na sequência da recomendação formulada pelo Tribunal de Contas, a idD prosseguiu a implementação de um conjunto de medidas destinadas a assegurar o pleno cumprimento das exigências legais previstas no Código dos Contratos Públicos (CCP) relativamente à formação dos contratos sujeitos à sua aplicação. Os procedimentos aquisitivos lançados pelo atual Conselho de Administração têm vindo a observar as disposições do CCP aplicáveis a cada situação concreta, encontrando-se em curso um processo gradual de regularização e melhoria dos mecanismos internos de contratação pública, considerando assim que a recomendação se encontra parcialmente implementada e em fase avançada de execução.

Recomendações do TdC	Resumo da resposta da idD
Cumprir as regras de assunção de compromissos previstas na LCPA, nos termos dos artigos 7.° e 8.° do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.	O Conselho de Administração confirma que a idD cumpre as regras de assunção de compromissos previstas no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA), nos termos dos artigos 7.º e 8.º, através das seguintes práticas e controlos internos que tem vindo a instituir e que se mantêm em constante monitorização.
Assegurar o cumprimento integral do princípio da UTE.	O Conselho de Administração confirma que a idD assegura o cumprimento integral do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE) através de procedimentos contabilísticos e de controlo que garantem a consolidação e a correta atribuição das rubricas orçamentais e financeiras no âmbito das operações da entidade. A empresa procede à centralização dos registos contabilísticos e à conciliação periódica das rubricas relevantes, com reporte anual e comparativo, de modo a evidenciar a uniformidade e a integridade do tratamento orçamental e financeiro. Existem procedimentos internos para assegurar a aplicação do princípio da UTE em todos os atos de execução orçamental e financeira.
Cumprir as disposições legais relativamente às alterações orçamentais, excluídas da gestão flexível, na concessão de apoios de tesouraria às suas participadas.	O Conselho de Administração confirma que a idD cumpre as disposições legais aplicáveis às alterações orçamentais excluídas da gestão flexível no âmbito da concessão de apoios de tesouraria às suas participadas.
Promover o cumprimento, na íntegra, dos requisitos de contabilização e relato orçamental previstos na Norma de Contabilidade Pública 26 — Contabilidade e Relato Orçamental, nomeadamente quanto ao atempado registo dos compromissos.	O Conselho de Administração confirma que a idD cumpre integralmente os requisitos da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 — Contabilidade e Relato Orçamental. As operações orçamentais são registadas atempadamente no sistema contabilístico, incluindo o registo de compromissos, e a informação de execução orçamental é elaborada em conformidade com o SNC-AP. Os relatórios orçamentais estão articulados com a contabilidade financeira e integrados

Recomendações do TdC	Resumo da resposta da idD
	na prestação anual de contas, garantindo a fiabilidade, consistência e transparência do relato orçamental. Procedimentos internos de controlo, reconciliações periódicas asseguram o cumprimento contínuo, e a disponibilização das evidências contabilísticas para efeitos de verificação.
Diligenciar pelo cumprimento dos requisitos previstos na Norma de Contabilidade Pública 27 — Contabilidade de Gestão	O Conselho de Administração confirma que a idD diligencia o cumprimento da Norma de Contabilidade Pública n.º 27 — Contabilidade de Gestão. Desde 2020, que são elaboradas demonstrações de resultados por áreas de negócio, dispondo igualmente de um sistema de centros de custo que permite a afetação e o apuramento dos custos e proveitos por área de atividade, refletindo todos os movimentos na contabilidade patrimonial. A informação produzida é utilizada como instrumento de apoio à gestão, para monitorização do desempenho, análise de resultados e suporte à decisão, em conformidade com os princípios da NCP 27. A partir de 2022, a idD tem preparado a informação, em anexo ao Relatório e Contas, mas de não divulgação.
Promover a prestação anual de contas, de forma tempestiva e completa, nos termos da Instrução n.” J/2019-PG, assegurando a sua conciliação com os documentos aprovados em Assembleia Geral.	O Conselho de Administração confirma o empenho da idD no cumprimento da Instrução n.º 1/2019-PG do Tribunal de Contas relativamente à prestação anual de contas, assegurando a sua tempestividade e integridade. Para o efeito, a entidade elabora anualmente um cronograma de fecho das contas, articulado com as suas participadas e com todos os intervenientes no processo de prestação de contas, de modo a coordenar os trabalhos e a cumprir os prazos definidos. A consolidação da informação financeira e a articulação com as participadas condicionam, porém, a calendarização das diligências de auditoria externa, as quais só podem ser concluídas após a finalização e validação dos

Recomendações do TdC	Resumo da resposta da idD
	processos de fecho de contas pelas respetivas entidades.

Cumpre finalmente informar que, por Despacho do Conselho de Administração de 20-06-2025, comunicado através do registo n.º SGC – 28/2025, de 25 de setembro de 2025, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., informou a idD da dispensa parcial do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), para os anos de 2025 e de 2026, estando autorizada a recorrer à banca comercial quanto aos seguintes serviços:

a) *"Custódia de valores não representativos de dívida pública;*
b) *Garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;*
c) *Contratos de leasing, renting, factoring e similares; e*
d) *Pagamentos internacionais (relativos a deslocações ao estrangeiro ou outras despesas, como fóruns e feiras internacionais da defesa) nos casos em que não seja possível recorrer à tesouraria externa ou ao IGCP Charge Card."*

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1.º TRIMESTRE

RECEITA

Apresenta-se a seguir o detalhe da execução ao nível da receita:

(un: euros)

Receitas Correntes	Previsão Corrigida	Por Cobrar Per. Ant.	Receitas Liquidadas	Receita cobrada Bruta	Receita Cobrada liquida			Por Cobrar Fim Periodo	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total		Per. Ant	Corrente
Juros	146.341,00	59.508,80	10.875,00	10.875,00	0,00	10.875,00	10.875,00	59.508,80	0,00%	7,43%
Dividendos										
Transferencias Correntes										
Protocolo BTID	1.500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00%	33,33%
PRR AeroNext	116.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
PRR NewSpace	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Venda de Bens e Serviços										
Rendas										
Rendas - OGMA	17.599,18	46,94	3.213,12	3.213,12	46,94	3.213,12	3.260,06	0,00	0,27%	18,52%
Outras Receitas Correntes	2,80	0,00	2,80	2,80	0,00	2,80	2,80	0,00	0,00%	100,00%
Total Receitas Correntes	5.798.761,00	683.057,74	586.287,12	644.029,74	71.866,91	572.162,83	644.029,74	625.315,12	1,24%	9,87%

Receitas Capital	Previsão Corrigida	Por Cobrar Per. Ant.	Receitas Liquidadas	Receita cobrada Bruta	Receita Cobrada liquida			Por Cobrar Fim Periodo	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total		Per. Ant	Corrente
Saldo de Gerencia	2.424.726,18	0,00	2.424.726,18	2.424.726,18	0,00	2.424.726,18	2.424.726,18	0,00	0,00%	100,00%
Aplicações Financeiras	6.889.355,20	0,00	6.889.354,54	6.889.354,54	0,00	6.889.354,54	6.889.354,54	0,00	0,00%	100,00%
União Europeia - MEAP	2.600.000,00	0,00	21,90	21,90	0,00	21,90	21,90	0,00	0,00%	0,00%
Financiamentos										
AA	2.033.333,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
ETI	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Extra	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Receitas Capital	14.407.414,72	0,00	9.314.102,62	9.314.102,62	0,00	9.314.102,62	9.314.102,62	0,00	0,00%	64,65%

Total Receitas	Previsão Corrigida	Por Cobrar Per. Ant.	Receitas Liquidadas	Receita cobrada Bruta	Receita Cobrada liquida			Por Cobrar Fim Periodo	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total		Per. Ant	Corrente
Receitas Correntes - Contratuais	5.325.211,00	683.057,74	586.287,12	644.029,74	71.866,91	572.162,83	644.029,74	625.315,12	1,35%	10,74%
Receitas Correntes - Potenciais	473.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Receitas Correntes	5.798.761,00	683.057,74	586.287,12	644.029,74	71.866,91	572.162,83	644.029,74	625.315,12	1,24%	9,87%
Total Receitas Capital	14.407.414,72	0,00	9.314.102,62	9.314.102,62	0,00	9.314.102,62	9.314.102,62	0,00	0,00%	64,65%
Total Receitas Correntes + Capital	20.206.175,72	683.057,74	9.900.389,74	9.958.132,36	71.866,91	9.886.265,45	9.958.132,36	625.315,12	0,36%	48,93%

A previsão da receita corrigida para 2026 ascende a 20.206.175,72 euros, tendo sido executados, março,9.958.132,36 euros, (644.029,74 euros respeitam a receitas correntes, 6.889.376,44 euros a receitas de capital e 2.424.726,18 euros referem-se a saldo de gerência anterior), sendo que a execução no final do primeiro trimestre se fixou em 49,29%. Para este desempenho contribuiu de forma decisiva o recebimento de aplicações financeiras, bem como o saldo de gerência.

DESPESA

Apresenta-se a seguir o detalhe da execução ao nível da despesa:

(un: euros)

Despesas Correntes	Dotação Corrigidas	Cativos Descativos	Comprom.	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Comprom. a transitar	Obrigações Por Pagar	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total			Per. Ant	Corrente
Despesas com Pessoal	3.582.864,00	0,00	457.141,18	438.782,58	48.172,21	343.118,60	391.290,81	18.358,60	47.491,77	1,34%	9,58%
Aquisição de Bens e Serviços	2.800.471,00	0,00	600.355,44	245.094,09	34.124,04	165.774,81	199.898,85	355.261,35	45.195,24	1,22%	5,92%
Juros	166.666,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Outras despesas	611.769,00	455.993,00	85.607,18	85.607,18	0,00	85.568,80	85.568,80	0,00	0,00	0,00%	13,99%
Reserva	151.998,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38,38	0,00%	0,00%
Total Despesas Correntes	**7.313.768,00**	**455.993,00**	**1.143.103,80**	**769.483,85**	**82.296,25**	**594.462,21**	**676.758,46**	**373.619,95**	**92.725,39**	**1,13%**	**8,13%**

Despesas Capital	Dotação Corrigidas	Cativos Descativos	Comprom.	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Comprom. a transitar	Obrigações Por Pagar	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total			Per. Ant	Corrente
Investimentos	1.314.523,00	0,00	29.430,74	20.886,79	4.555,44	15.016,97	19.572,41	8.543,95	1.314,38	0,35%	1,14%
Finaciamentos	2.493.334,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Ações e outras participações	1.462.864,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total Despesas Correntes	**5.270.721,00**	**0,00**	**29.430,74**	**20.886,79**	**4.555,44**	**15.016,97**	**19.572,41**	**8.543,95**	**1.314,38**	**0,09%**	**0,28%**

Total Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos Descativos	Comprom.	Obrigações	Despesas pagas liquidas de reposições			Comprom. a transitar	Obrigações Por Pagar	Grau Execução	
					Per. Ant	Corrente	Total			Per. Ant	Corrente
Total Despesas Correntes	7.313.768,00	455.993,00	1.143.103,80	769.483,85	82.296,25	594.462,21	676.758,46	373.619,95	92.725,39	1,13%	8,13%
Total Despesas Capital	5.270.721,00	0,00	29.430,74	20.886,79	4.555,44	15.016,97	19.572,41	8.543,95	1.314,38	0,09%	0,28%
Total Despesas Correntes + Capital	**12.584.489,00**	**455.993,00**	**1.172.534,54**	**790.370,64**	**86.851,69**	**609.479,18**	**696.330,87**	**382.163,90**	**94.039,77**	**0,69%**	**4,84%**

A previsão da despesa corrigida para 2026 ascende a 12.584.489,00 euros, existindo cativos de 455.993,00 euros, tendo a despesa paga ascendido a 696.330,87 euros e a execução no final do primeiro trimestre fixado em 5,53%. A despesa paga centra-se fundamentalmente nas Despesas com pessoal (10,92% de taxa de execução) e na Aquisição de bens e serviços (7,14% de taxa de execução). A execução ao nível das Despesas de capital, que representou uma despesa de 19.572,41 euros, com uma execução de 0,37%.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(un: euros)

	1T 2026
Receitas correntes	644 029,74
Despesas correntes	676 758,46
Saldo corrente	**-32 728,72**
Receitas de capital	6 889 376,44
Despesas de capital	19 572,41
Saldo de capital	**6 869 804,03**
Reposições abatidas nos pagamentos	
Saldo de gerência	2 424 726,18
Saldo Total Execução	**9 261 801,49**

A idD apresenta-se em cumprimento da regra do equilíbrio do seu orçamento, na medida em que o saldo total da execução ascende a 9.261.801,49 euros.

FUNDOS DISPONÍVEIS

(un: euros)

Descrição	31/01/2026	28/02/2026	31/03/2026
Receitas			
Dotação corrigida líquida de cativos (duodécimo)	0,00	0,00	0,00
Transferências ou subsídios com origem no OE	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva própria cobrada ou recebida como adiantamento	11.922,57	0,00	543.064,99
Previsão da receita efetiva própria	0,00	17.175,27	0,00
Produto de empréstimos contraídos nos termos da lei	0,00	0,00	0,00
Transferências do QREN ainda não efetuadas	0,00	0,00	0,00
Outros montantes aut. nos termos do art. 4.º de receitas gerais	0,00	0,00	0,00
Outros montantes aut. nos termos do art. 4.º de receitas próprias	0,00	0,00	0,00
Outros montantes aut. nos termos do art. 4.º de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Out. mont. aut. nos termos do art.4.º de aplic. de saldos gerência ou de act. financ.	0,00	0,00	0,00
Ativos e outros passivos financeiros	8.115.944,95	0,00	0,00
Previsão de ativos e outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00
Saldos transitados do ano anterior	0,00	0,00	**2.158.213,83**
Correção de Outros montantes aut. nos termos do art. 4.º de receitas próprias	0,00	0,00	0,00
Correção de Outros montantes aut. nos termos do art. 4.º de empréstimos	0,00	0,00	0,00
Correção de Out. mont. aut. nos termos do art.4.º de aplic. de saldos gerência ou de act. financ.	0,00	0,00	0,00
Subtotal	**8.127.867,52**	**17.175,27**	**2.701.278,82**
Despesas			
Compromissos assumidos	**0,00**	**332.555,54**	**177.753,63**
Pagamentos	139.246,01	282.370,65	274.714,21
Compromissos assumidos por pagar	522.979,36	50.184,89	-96.960,58
Subtotal	**662.225,37**	**332.555,54**	**177.753,63**
Fundos Disponiveis	**2.289.920,50**	**10.759.108,05**	**10.991.582,86**

Os compromissos foram assumidos dentro do Fundo disponível, não se identificando insuficiências de cobertura, tendo em conta o referido no ponto anterior "Equilíbrio Orçamental".

MAPA DE PAGAMENTOS EM ATRASO

A idD não reporta qualquer valor de Passivos, Contas a Pagar ou Pagamentos em Atraso.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Apresenta-se o balanço em 31-03-2026, comparado com o histórico em 31/12/2025 e com o Plano de Atividades e Orçamento em março de 2026.

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	REAL			PAO
		31/12/2025	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2026
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis		28.090.743,06	29.237.298,90	27.719.865,74	27.909.304,67
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		8.790,84	37.124,31	4.333,67	23.385,31
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00
Participações financeiras		87.614.803,34	85.900.727,12	86.728.474,06	82.300.250,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		5.296.382,99	5.296.382,99	5.296.382,99	5.296.382,99
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
		121.010.720,23	120.471.533,32	119.749.056,46	115.529.322,96
Ativo corrente					
Inventários		20.256,76	14.924,96	26.339,76	24.370,00
Ativos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		607.210,31	370.071,08	549.692,59	204.510,74
Estado e outros entes públicos		771,48	13.894,69	18.281,29	0,00
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber		106.300,82	356.840,31	992.413,02	0,00
Diferimentos		20.949,62	8.600,53	2.725,84	6.421,47
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e depósitos		10.535.555,01	8.189.973,68	10.507.748,88	6.988.883,00
		11.291.044,00	8.954.305,25	12.097.201,38	7.224.185,21
Total do ativo		132.301.764,23	129.425.838,57	131.846.257,84	122.753.508,17
PATRIMÓNIO LÍQUIDO					
Património/Capital		104.500.000,00	104.500.000,00	104.500.000,00	104.500.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		1.991.000,00	1.991.000,00	1.991.000,00	1.991.000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		15.304,03	15.304,03	15.304,03	15.304,03
Resultados transitados		-33.356.349,90	-29.415.491,41	-28.641.695,86	-35.801.962,66
Ajustamentos em ativos financeiros		42.581.751,82	39.500.027,60	42.581.751,82	40.043.662,91
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		4.714.654,04	-370.494,32	-888.619,66	-784.901,93
Dividendos antecipados		0,00	0,00	0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Património Líquido		120.446.359,99	116.220.345,90	119.557.740,33	109.963.102,34
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões		277.026,39	294.319,64	277.026,39	294.319,64
Financiamentos obtidos		4.166.666,66	5.000.000,00	4.166.666,66	5.000.000,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00
		4.443.693,05	5.294.319,64	4.443.693,05	5.294.319,64
Passivo corrente					
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores		35.040,49	39.527,39	44.091,62	38.041,60
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		220.424,14	53.086,47	135.751,45	124.923,51
Acionistas / sócios / associados		3.599.997,96	3.599.997,96	3.599.997,96	3.599.997,96
Financiamentos obtidos		833.333,34	0,00	833.333,34	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.720.059,16	4.218.530,54	3.228.793,99	3.733.123,12
Diferimentos		2.856,10	30,67	2.856,10	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00
		7.411.711,19	7.911.173,03	7.844.824,46	7.496.086,19
Total do Passivo		11.855.404,24	13.205.492,67	12.288.517,51	12.790.405,83
Total do Património Líquido e Passivo		132.301.764,23	129.425.838,57	131.846.257,84	122.753.508,17

– Da análise, cumpre apenas destacar o desvio, face ao PAO/2026, ao nível da rubrica de participações financeiras (cerca de 4,5 milhões de euros), pelo facto dos ajustamentos do MEP de 2025 não se encontrarem refletidos no PAO/2026. De referir ainda que a variação desta rubrica, face a 31/12/2025, respeita a dividendos a receber em períodos futuros da participada Naval Rocha.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se a seguir a demonstração dos resultados em 31-03-2026, comparado com período homólogo anterior e com o Plano de Atividades e Orçamento para 2026 bem como a respetiva taxa de execução.

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	REAL			PAO
		31/12/2025	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2026
Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00	0,00	0,00
Vendas		27.480,80	9.788,60	3.252,40	12.500,00
Prestações de serviços e concessões		2.441.606,84	300.270,19	58.278,68	116.575,20
Transferências e subsídios correntes obtidos		3.667.451,75	270.567,91	94.040,00	404.092,50
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		3.398.003,04	0,00	0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-18.872,26	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-806.644,87	-127.970,92	-205.084,94	-362.988,72
Gastos com o pessoal		-1.551.322,84	-424.764,50	-462.355,70	-519.002,61
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		16.783,25	0,00	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		151.899,38	6.983,80	4.284,15	4.399,80
Outros gastos e perdas		-886.252,48	-2.740,73	-3.194,69	-5.649,80
Resultado antes de depreciações e resultados financeiros		**6.440.132,61**	**32.134,35**	**-510.780,10**	**-350.073,63**
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1.605.009,80	-407.628,67	-388.714,56	-424.361,99
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		**4.835.122,81**	**-375.494,32**	**-899.494,66**	**-774.435,61**
Juros e rendimentos similares obtidos		125.744,38	5.000,00	10.875,00	33.000,00
Juros e gastos similares suportados		-135.235,96	0,00	0,00	-43.466,32
Resultado antes de impostos		**4.825.631,23**	**-370.494,32**	**-888.619,66**	**-784.901,93**
Imposto sobre o rendimento do período		-110.977,19	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		**4.714.654,04**	**-370.494,32**	**-888.619,66**	**-784.901,93**

De sublinhar que, o resultado em 31-03-2026, que ascende a 888 mil euros negativos, revela um agravamento quando comparado com o período homólogo anterior (prejuízo de 370 mil euros), bem como face ao PAO/2026 (prejuízo de 785 mil euros).

OUTROS ASSUNTOS

O CF sublinha o facto de, na presente data, as contas do exercício de 2025, ainda não terem sido aprovadas pelo Acionista, tendo emitido o seu Relatório e Parecer em 24 de setembro p.p..

CONCLUSÃO

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que não tenha sido, em todos os aspetos materiais, adequadamente preparada e apresentada a execução financeira e orçamental da idD com referência a 31 de março de 2026.
O presente relatório anula e substitui o anteriormente emitido em 9 de novembro de 2026.

Lisboa, 13 de novembro de 2026

O Conselho Fiscal

Assinado por: **João Paulo Raimundo Henriques Ferreira**
Num. de Identificação: 06144474
Data: 2026.11.13 09:09:55+00'00'

João Paulo Raimundo Henriques Ferreira (Presidente)

Assinado por: **ANA CRISTINA DÁ MESQUITA PINTO FERREIRA**
Num. de Identificação: 08076691
Data: 2026.11.13 17:43:59+00'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira (Vogal)

Assinado por: **Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas**
Num. de Identificação: 12165251
Data: 2026.11.13 09:22:20+00'00'

Ana Sofia Lameira dos Santos Palrinhas (Vogal)